



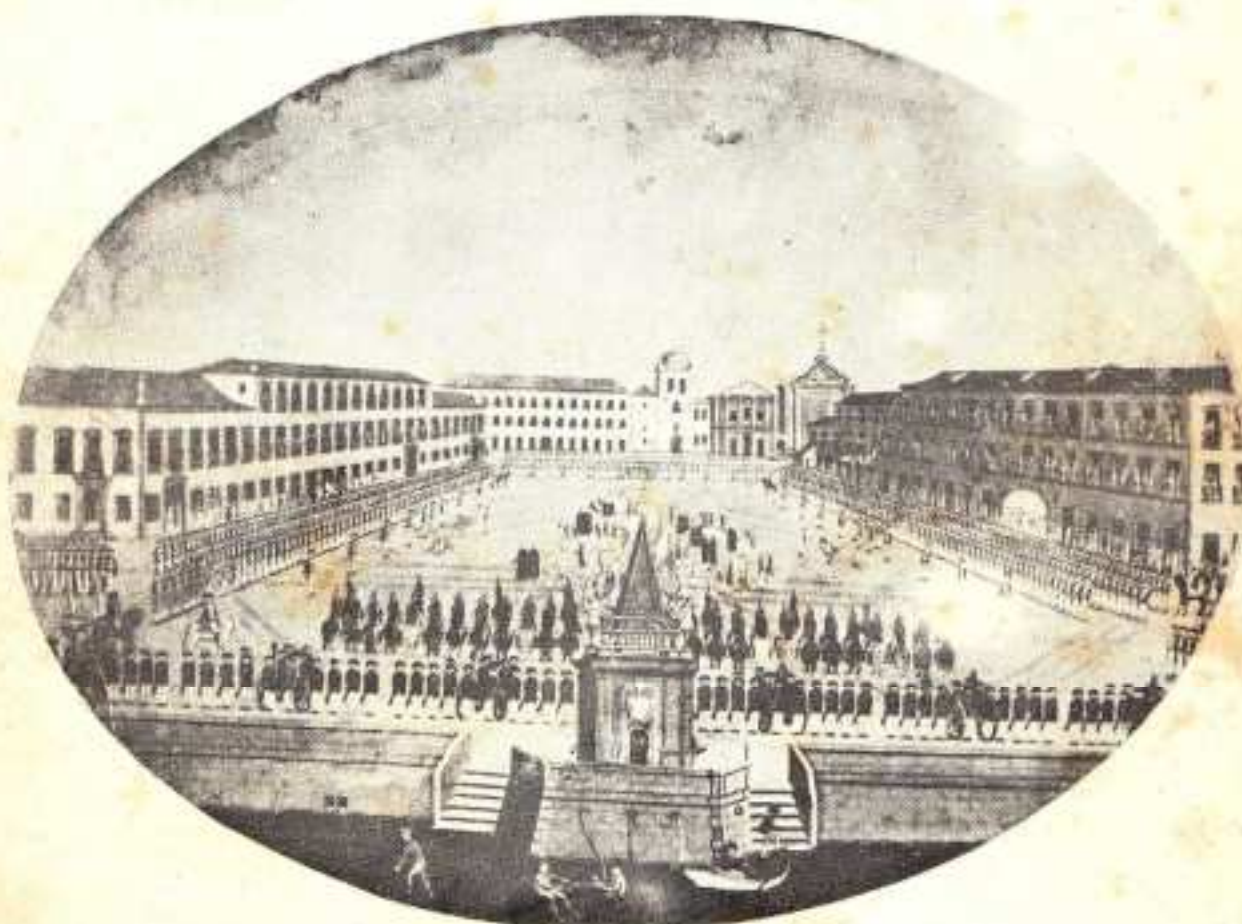
**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ex. 2

Documentação Hemisgráfica

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Departamento Geral de Cultura



Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Largo do Paço (atual Praça XV) — final do Século XVIII. Óleo de Leandro Joaquim.
(Museu Histórico Nacional)

Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

BIAGCRJ	Rio de Janeiro	v.1	n. 2	p. 1 - 60	Setembro/dez. 1979
---------	----------------	-----	------	-----------	--------------------

Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
v.1 , n. 2- , Setembro/dez. 1979- , Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1979.

v. quadrimestral

Diretor: 1979- , Lia Temporal Malcher

1. Arquivos-Periódicos. 2. Periódicos brasileiros. I. Rio de Janeiro (cidade) Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Departamento Geral de Cultura. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

CDU 930.253: 352 (815.4) (05)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Prefeito: **Israel Klabin**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretário: **Lucy Serrano Ribeiro Vereza**

SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Subsecretário: **Domício Proença Filho**

DEPARTAMENTO GERAL DE CULTURA

Diretor: **Jose Rubem Fonseca**

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Diretor: **Lia Temporal Malcher**

SERVIÇO DE APOIO CULTURAL

Chefe: **Afonso Carlos Marques dos Santos**

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES E EXPOSIÇÕES

Chefe: **Maria Aparecida Rezende Mota**

As matérias assinadas são da inteira responsabilidade dos seus autores no que se refere a idéias e conceitos emitidos.

SUMÁRIO

Editorial	7
Acervo documental do AGCRJ	9
A computação aplicada à Arquivística	14
A República e a Municipalidade Carioca	16
José Carlos do Patrocínio da Virgem Santíssima	20
Resenha Informativa	23
Pesquisas Públicas no AGCRJ	27
Reabertura das atividades públicas no AGCRJ	30
Encontro com Historiadores no AGCRJ	33
39 Salão Carioca de Arte	36
Obras e periódicos incorporados ao acervo do AGCRJ	39
XII Congresso da Associação Brasileira de Celulose e Papel	45
O Arquivo Geral e os 90 anos da República Brasileira	47
49 Congresso de Arquivologia	48
IHGB homenageia Manuel de Araújo Porto Alegre	50
Reunião sobre legislação de arquivos na Fundação Getúlio Vargas	51
Encontro sobre construção de arquivos	53
Estudos e esboços de Lucílio de Albuquerque no Arquivo da Cidade	55
Agradecimentos	57
Fotógrafos colaboradores	58

EDITORIAL

A reabertura das atividades públicas do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, após o período inicial de sua implantação na nova sede, em 16 de outubro de 1979, foi significativamente assinalada pela inauguração da Exposição "O Arquivo Geral e a Preservação da Memória da Cidade do Rio de Janeiro" e pelo lançamento do primeiro número do **Boletim Informativo**.

Depositário de uma massa documental de extraordinário valor, o Arquivo Geral situa-se, por um lado, como órgão de pesquisa, já que presta atendimento a pesquisadores nacionais e estrangeiros, oferecendo orientação especializada quanto ao seu potencial informativo. Mas por outro lado, situa-se também como centro de cultura, ao dar início a uma série de atividades culturais, como exposições, palestras, lançamentos de livros e noites de autógrafos.

Concretizada a ocupação gradativa do seu novo espaço físico, encontra-se atualmente o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em fase final de reorganização dos documentos, que receberam cuidados especiais de limpeza, estando prevista proximamente sua desinfestação e higienização.

As atividades relativas aos setores técnicos estão sendo objeto de acurados estudos, especialmente o registro e o fichamento dos vários tipos de documentação e a elaboração dos instrumentos de busca.

A funcionalidade da estrutura organizacional do Arquivo Geral e a maior abrangência de suas funções, permitindo maior eficácia na consecução de suas metas, firmam a sua participação no processo do desenvolvimento da ação administrativa municipal, com a implantação gradativa dos serviços pertinentes aos Arquivos Correntes e Intermediário.

Neste número, o **Boletim Informativo** destaca a dimensão do acervo documental e apresenta exemplos significativos de algumas das peças deste Arquivo Geral que é tão antigo como a Cidade a que serve.

ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, atendendo a sua função primordial, qual seja a de guardar e preservar toda a documentação relativa ao espaço socialmente organizado correspondente ao atual Município do Rio de Janeiro, apresenta um vasto acervo documental à disposição dos estudiosos, das autoridades e da comunidade. A maior parte deste acervo é constituída de documentação administrativamente inativa, de diversas modalidades: escrita, bibliográfica, hemerográfica, iconográfica e audiovisual. Há, ainda, uma outra parte, de documentação ativa ou semi-ativa pertencente aos arquivos correntes e intermediário. Tal diversificação permite-lhe bem desempenhar seu papel de instituição responsável por fontes prioritárias para o estudo do Rio de Janeiro, qualquer que seja o ramo das Ciências Sociais que dele faça o seu objeto, sem esquecer sua utilidade administrativa.

Este artigo tem por objetivo informar aos pesquisadores, e ao público em geral, os diversos assuntos explicitamente encontrados nos documentos atualmente disponíveis no AGCRJ.

Começemos pela atividade econômica da Cidade. A modificação das práticas comerciais, além do aparecimento de novas indústrias, estas entendidas no seu sentido mais amplo, são registrados através dos livros de lançamento e cobrança do Imposto de Alvarás de Licenças, desde a organização do Distrito Federal pela Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892.

Ainda no que se refere à movimentação tributária, encontra-se ela documentada através de guias de imposto de transmissão de propriedade, expedidas pelos cartórios e varas cíveis, abrangendo o período de 1912 a 1929, através dos livros de lançamento e cobrança da antiga décima urbana, criada por alvarás do Príncipe-Regente D. João, de 27 de junho de 1808 e através das guias do imposto territorial, relativos aos anos de 1919 e 1928. Esta documentação é constantemente consultada para extração de certidões, quitações e informações ao público em geral.

Livros e papéis, classificados por logradouros, constituem o resultado de outra parte do precioso acervo, relativa a aforamentos, sesmarias, marinhas e mangues, incluindo cartas de aforamentos e cartas de ordens de sesmarias, além de documentação diversa sobre foreiros e tombamentos.

Os livros e documentos pertinentes à receita e despesa permitem conhecer a arrecadação e abrangem a receita e despesa da Municipalidade do Rio de Janeiro, desde o período colonial até o advento da República. Nesses livros, podem ser consultados balanços, mandados e portarias de pagamentos, ao lado de ordens e provisões e de vários registros.

De especial significação são as vereanças, de 1805 a 1829, as atas das sessões da Ilustríssima Câmara Municipal, de 1830 a 1889 e documentos sobre vereadores, de 1796 a 1831. Através de avisos e portarias do Governo Imperial, particularmente as do Ministério do Império, pode-se verificar como eram aprovados ou denegados atos expedidos pela Câmara Municipal. Esta, como "Conselho da Cidade", aparece na documentação sempre envolvida na administração local e nos melhoramentos de utilidade pública.

Mas o acervo do Arquivo Geral não se restringe ao documento de ressonância local. Há decretos e leis dos poderes de âmbito nacional, legislativo e executivo, e há o projeto de Constituição monárquica e as adesões à carta política referendada por D. Pedro I, em 1824, como exemplos de documentos da "história geral" do Brasil.

Os livros e documentos acerca do regime servil representam subsídios da maior importância, não só para a crônica minuciosa da Cidade, como também para o estudo do escravismo entre nós. Neles, encontramos registros sobre os escravos e sobre a escravidão em geral, como os que se referem aos mercadores de escravos e às cartas de libertação concedidas sob os auspícios da Municipalidade.

O saneamento da Cidade encontra-se registrado em diversos documentos sobre medidas adotadas em benefício da salubridade do Rio de Janeiro. São relatórios, pareceres, estudos sobre vacinas, sobre endemias e epidemias, como a febre amarela e a varíola.

A modernização do Rio de Janeiro pode ser acompanhada através dos documentos

sobre iluminação pública a azeite, a gás e a eletricidade. O estudo do desenvolvimento urbano encontra, por sinal, outros ângulos de pesquisa, através de fontes das mais variadas origens. Há documentos sobre jardins públicos, licenças para obras, licenças para construções, reconstruções e reparos, sobre logradouros públicos, sobre numeração, construção e reconstrução de prédios, contendo plantas e croquis, sobre abastecimento de água, carnes verdes, matadouros, talhos e imposto de gado, sobre carris, transporte coletivo por meio de bonde, de tração animal ou de tração mecânica. No tocante a transportes, há, ainda, documentos sobre transporte ferroviário e marítimo, sobre carreiras de bote e sobre embarcações diversas.

As condições de vida na Cidade podem, ainda, ser estudadas através de variada documentação sobre óbitos e cemitérios, sobre comércio de pão, leite, aguardente e gêneros alimentícios, sobre fumos e inflamáveis, sobre licenças comerciais concedidas tanto no período colonial quanto no período independente, sobre registros comerciais diversos, sobre mercados, pesca e peixe, sobre vistorias e embargos de edificações e esgotos, sobre autos de processos de terras, valas e canais.

A história do ensino no Rio de Janeiro tem acervo alentado, representado, por exemplo, por relatórios e pareceres, inclusive aqueles oriundos dos diversos Ministérios do Governo Imperial e Republicano, referentes, muitos deles, ao ensino nas antigas províncias e outros referentes às atividades e ao registro do pessoal do magistério municipal e distrital.

A feição física do Município e do Distrito Federal é levantada pela documentação referente a limites de freguesias e distritos municipais, divisão territorial e limites do Distrito Federal com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

A vida administrativa da Cidade surge através de relatórios de diversas repartições municipais ou através de autos de almotaçaria ou de documentação sobre anúncios, arrematações, causas da Municipalidade e cobrança da aferição (antigo imposto municipal), sobre recursos do poder judiciário, coíma de gado, comissão de compra, contas correntes, correições dos ouvidores, escrituras, empréstimos da Municipalidade, despachantes municipais e editais, sobre alvarás de obras, orçamentos municipais, ordens régias, rotina do Paço Municipal, pedidos de empregos, portarias e precatórias, sobre posses e juramentos de serventuários administrativos, da justiça, de Milícias e ordenanças, sobre reclamações, queixas e representações, sobre os próprios municipais, projetos de reforma da Municipalidade, registros de contas do Senado da Câmara, recenseamentos, repartições municipais e Biblioteca Municipal, sobre vereanças, processos judiciais em geral, vendas de terrenos, registro de Juizados de Paz de várias freguesias, inventários, investiduras e recuos.

Além destes, uma série de documentos relacionados com a lavoura do Município, loterias, marceneiros, carpinteiros e materiais para obras do Paço Municipal, com médicos, cirurgiões, dentistas, parteiras, farmacêuticos, naturalizações, juizes e

escrivães de Vintena, com teatros, diversões, festividades e exposições, com Guarda Nacional e Guerra do Paraguai, com Imposto de Alvarás de Licenças e Registros Coloniais, e, finalmente, com a Independência Nacional, inclusive a Guerra de Independência.

Cabe ainda ressaltar a guarda, pelo Arquivo Geral, de inúmeros documentos originais de inestimável valor histórico e que ultrapassam a própria dimensão da Cidade. Fazem parte do seu acervo: o Termo de Juramento prestado por S. M. el-Rei, Príncipes, Corte e Tribunais à Constituição feita pelas Cortes de Portugal, em 1821; o tombo das terras da Câmara Municipal (cópia); o traslado da medição das terras do Sanado da Câmara; o Auto de Juramento prestado pelo Procuradores Gerais das Províncias, Senado da Câmara da Cidade e Procuradores das Câmaras a D. Pedro I, no dia de sua coroação (1º de dezembro de 1822); o tombo das terras da Cidade do Rio de Janeiro, segundo o traslado dos autos de medição de 1753; o projeto de Constituição do Império do Brasil (1823); o projeto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1890) e a adesão do povo ao Governo Provisório, instituído com a proclamação da República.

De significação mais local, há documentação sobre a fundação da Escola de Santa Izabel, no edifício do Matadouro, no Curato de Santa Cruz; a ata de inauguração de uma escola pública, na fazenda de Santa Cruz, levantada às expensas do Imperador D. Pedro II; as vereanças de 1635/1650; as provisões de 1565/1592 (cópia); os aforamentos de 1842-1887, 1870 a 1891 e 1872 e o original, com labores artísticos, da Municipalidade de Varsóvia, contendo mensagem das autoridades municipais da capital polonesa, com autógrafos das mesmas autoridades. Trata-se de uma oferta feita ao governo municipal da Cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

De significação tanto local quanto nacional, há a ata da transladação da imagem de São Sebastião, padroeiro da Cidade, por ocasião do desmonte do Castelo; as relíquias de Anchieta – oferta de Manuel Tavares da Costa Miranda; os papéis sobre a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, em 1922; a relação oficial dos prêmios conferidos pelo Juri de Recompensas aos expositores das seções e pavilhões da Exposição Internacional do Centenário da Independência; a adesão da Câmara Municipal ao Governo Provisório da República em 16 de novembro de 1889 e a ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal em 16 de novembro de 1889, contendo o Termo de Juramento que prestam os membros do Governo Provisório à Câmara Municipal.

A difícil, mas fundamental, história da propriedade, pode ser estudada através dos autos relativos à medição de terras pertencentes à Câmara Municipal da Corte e outros documentos; da carta de Confirmação régia sobre sesmarias de sobejos (1794); do índice do Registro das provisões, alvarás e cartas de Sua Majestade que figuram no cartório do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro; dos documentos

sobre os terrenos do Mosteiro de São Bento, compreendidos na praia de Botafogo e circunvizinhanças, submetidos a arbitramento em 1929.

A documentação bibliográfica e hemerográfica vem sendo, recentemente, muito ampliada e é constituída de livros, periódicos, jornais, além dos Anais da Câmara, dos Anais do Senado, dos Anais do Conselho Municipal, dos Boletins da Prefeitura, dos Relatórios da Fazenda, dos Relatórios do Império, dos Relatórios da Justiça e de uma Coleção de Legislação, sendo a maior parte dessa documentação relativa, quanto ao assunto ou à edição, à Municipalidade carioca.

O acervo cartográfico, iconográfico e audiovisual vem sendo, recentemente, muito restaurado e ampliado e se compõe de mapoteca, com plantas históricas, mais ou menos recentes, sobre o Rio de Janeiro, de 1823 a 1921, e de negativos e fotografias de Augusto Cesar Malta, de reproduções de gravuras de Debret e Rugendas, de esboços e estudos de Lucílio de Albuquerque, além de uma coleção numismática.

Todo esse conjunto compõe o acervo documental do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que ainda produz provas para a administração pública e particulares. O Arquivo Geral constitui-se, portanto, no guardião da memória da Cidade, cujo processo histórico pode, assim, ser interpretado e analisado por todos os interessados.

A COMPUTAÇÃO APLICADA À ARQUIVÍSTICA

A Administração Israel Klabin contratou, em 1979, os serviços especializados da **PLANDATA: Consultoria e Processamento Ltda.** Caberá a esta firma propor à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro um Plano Diretor que viabilize um sistema integrado, capaz de agilizar o fluxo das informações entre os órgãos públicos municipais. A metodologia de desenvolvimento dos trabalhos de detalhamento do citado plano diretor prevê um levantamento prévio de informações sobre cada um daqueles órgãos, através de questionários-formulários de cinco tipos: análise de documentos emitidos, análise de documentos recebidos de outros órgãos, análise de arquivos, análise de fluxo e procedimento com processos e rede de interação de documentos. A direção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e os chefes dos seus Serviços receberam, pouco antes do Natal, as devidas instruções para o preenchimento dos formulários-questionários, entregues à Superintendência de Modernização Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, nos primeiros dias de 1980.

Dois aspectos devem ser ressaltados na posição do Arquivo Geral em relação a esse plano diretor. Um deles é o benefício que ele trará para o nosso acervo, já que as informações nele contidas virão auxiliar as atividades concernentes ao Serviço de Arquivos Correntes e Intermediário.

O outro diz respeito à aplicação da computação ao nosso acervo. Consideramos que,

em face da situação atual do Arquivo Geral, esta aplicação seja ainda prematura, devendo sim ocorrer, mas a longo prazo.

A curto prazo, devemos estimar a implantação da nova sede localizando e armazenando a documentação recentemente transferida de São Cristóvão para a Cidade Nova. A médio prazo, devemos complementar e atualizar o inventário do acervo, viabilizar as guias, os índices e os fichamentos, elaborar os catálogos, reestudar os critérios de classificação, aperfeiçoar a restauração e a conservação dos documentos e concretizar a reprodução fotográfica e a microfilmagem.

Só depois, então, de superadas essas duas etapas é que se recomenda a aplicação de computador ao Arquivo Geral, depois de uma criteriosa escolha de um processo que atenda à especificidade do nosso acervo.

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO: A REPÚBLICA E A MUNICIPALIDADE CARIOCA

A divulgação de documentos históricos carece de sentido se não for acompanhada de uma contextualização que esclareça o significado do material produzido, dando conta do evento no qual se inscreve o documento.

Nesse propósito, iniciamos a publicação, a partir deste número, de manuscritos e outros documentos significativos da História carioca pertencentes ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sempre acompanhados de uma notícia histórica que revele a importância da preservação de tais registros.

No momento da celebração dos 90 anos de regime republicano no Brasil, vale reproduzir a moção de reconhecimento à República e adesão ao Governo Provisório aprovada pela Ilustríssima Câmara Municipal da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia seguinte ao da Proclamação.

Torna-se importante recuperar a cronologia dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, na medida em que evidenciam a participação decisiva dos representantes da Municipalidade na deposição do regime monárquico. Os acontecimentos que mudaram o regime político da Nação irrompem na própria madrugada do dia 15 de novembro, quando o movimento militar, iniciado entre a oficialidade do Exército, rapidamente consegue a adesão da maior parte das tropas de mar e terra. Face às primeiras notícias da sedição, dirige-se o Ministério, sob a chefia do Visconde

de Ouro Preto, ao Quartel-General do Exército, no Campo da Aclamação, onde, às 8 horas, apresenta-se o Marechal Deodoro da Fonseca, acompanhado de grande número de militares, intimando o Ministério a se demitir. Após breve conferência com os generais presentes, resolvem os ministros acatar a ordem, enviando a Petrópolis (onde encontrava-se o Imperador) seu pedido conjunto de exoneração. Era o 1º passo para o desmantelamento do regime imperial.

À tarde, o movimento insurrecional já era do conhecimento da população que, nas ruas, aclama as tropas e segue em grande comitiva para o edifício da Câmara Municipal, situado entre as Ruas General Câmara e S. Pedro, próximo ao Quartel-General, onde se desenrolavam os acontecimentos. Após discurso do Vereador José do Patrocínio, lavrou-se uma ata em que os representantes da Municipalidade declaravam consumada a deposição da monarquia e proclamavam a república como nova forma de governo do Brasil. Esta ata é levada, por uma comissão, chefiada pelo mesmo Vereador José do Patrocínio, ao conhecimento do Marechal Deodoro que expede, logo após, mensagem em que extingue o sistema monárquico e institui o Governo Provisório, composto, além do próprio, por Aristides da Silveira Lobo, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa.

No dia seguinte, 16 de novembro de 1889, a Câmara Municipal aprova a moção em que reafirma o reconhecimento do novo regime e adere, em nome do povo, ao Governo Provisório. Este documento, que reproduzimos, é exemplo significativo do acervo do Serviço de Documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Maria Aparecida Rezende Mota
Chefe da Seção de Publicações
e Exposições do AGCRJ.

Quanto ao termo de habitação dos bens por esta cidade pertencentes
pelo nome de herança de "República Brasileira".

O termo de habitação de bens pertencentes a esta cidade pertencentes
pelo nome de herança de "República Brasileira".

A cidade nomeada de cidadãos, tendo a lista e nome de todos
os bens por de "República Brasileira" e o nome de todos os bens
por de "República Brasileira".

O termo de habitação de bens pertencentes a esta cidade pertencentes
pelo nome de herança de "República Brasileira".

O termo de habitação de bens pertencentes a esta cidade pertencentes
pelo nome de herança de "República Brasileira".

Paz da H^{ma} Com^{ma} Cida^{da} de S. Sebastião de
Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1889 -

J. Pereira Nobre, Presidente
Deputado Luiz de Almeida

Leopoldo de Figueiredo
Francisco de Almeida

José Gomes de Almeida
Chimbal de Almeida

Alexandre Bandeira Filho

José Manuel de Almeida
João de Almeida

Leopoldo de Almeida



"Os acontecimentos testemunhados hontem por esta cidade produziram a fundação da "Republica Brasileira".

O governo democratico está constituido como fazem publico todas as folhas diarias de hoje.

Avultado numero de cidadãos, tendo à testa o nosso collega Vereador José do Patrocinio, occupou hontem os salões deste paço proclamando a "Republica Brasileira".

O Imperador e a Familia imperial, tractados com o maior respeito, consta que retiram-se hoje do payz.

O Governo Provisorio acha-se à testa dos negocios publicos.

Tendo a Illustrissima Camara conhecimento destes factos resolve reconhecer a nova ordem de cousas e declarar em nome da paz publica, que o povo deste Municipio adhire ao Governo Provisorio.

Paço da Ill^{ma} Camara Municipal da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1889.

José Ferreira Nobre, presidente. — Dr. Antonio Dias Ferreira, vice-presidente. — Torquato José Fernandes Couto. — Francisco Leonardo Gomes. — José Firmo de Moura. — Dr. Constante da Silva Jardim. — Alexandre Cardoso Fontes. — José Manoel da Silva Veiga. — J. Francisco Gonçalves. — Pedro Gonçalves do Souto Carvalho. — Dr. José Paulo Nabuco de Araujo Freitas. — Candido Alves Pereira de Carvalho. — José Carlos do Patrocinio. — Thomaz da Costa Rabelo. — Benedito Hyppolito de Oliveira. — José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario.

JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO DA VIRGEM SANTÍSSIMA
1853-1905



"A propriedade escrava é um duplo roubo e, portanto, contrária aos princípios humanos a que qualquer ordem jurídica deve servir."

Proudhomme

O vereador — um mulato escuro, quase preto, de trinta e seis anos — que tanto se destacou, na tarde de 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, no primeiro ato público para a proclamação da República, era o jornalista José Carlos, na intimidade chamado, por muitos, de Zeca Pato, mas cujo pseudônimo, nos artigos mais polêmicos, era Proudhomme (sic). Nascera em Campos, mas do pai, o Cônego Monteiro, só tinha o prenome. Sua mãe era a negra escrava Justina do Espírito Santo, quitandeira. Seu filho, "o menino Zeca", foi colocado sob o Patrocínio da Virgem Santíssima. Como tantos outros afilhados, ele não ocupou o lugar de trabalhador direto, nas relações de produção, numa sociedade predominantemente escravista. Com quinze anos, vai para a Corte, trabalhar como servente. Sonhou com a Medicina, mas teve que se contentar com a carta de farmacêutico, sem farmácia. A receita para os seus talentos e suas ambições estava mais perto da pena do que dos xaropes. Aos dezoito anos, se inicia no ofício de escritor, de prosa e verso polêmicos, nos jornais de um Município que ideologicamente nada tinha de Neutro. Mais do que o Patrocínio que tinha, a sua ascensão social dependeu, materialmente, das temporárias mesadas e dos incertos empenhos do cônego padrinho, dos benefícios de amigos, dos favores de patrões, das concessões de proprietários, dos financiamentos de parentes adotivos e da versatilidade de sua inteligência de mulato original. Assumiu alguns dos valores da classe dos senhores de sua mãe: casou-se com uma branca, a Bibi, mitificou a Europa, especialmente Paris, e introduziu o automóvel no Rio de Janeiro. Mas, mesmo que de uma forma, por

vezes, contraditória, confundindo, na sua consciência possível, os sentimentos e as desavenças individuais com as forças e os interesses dos segmentos sociais, sempre se colocou ao lado do que houve de mais progressista e modernizador em sua época. Abolicionista, apelidado, carinhosamente, de "o nosso José" pelo antiescravistas, acabaria, entretanto, por substituir a falecida mãe negra Justina pela "loira mãe dos brasileiros", a Princesa Isabel, apoiando o fanatismo da Guarda Negra que o anti-republicanismo organizou. Afastou-se dos que pregavam a mudança de regime político, denunciando o escravismo dos republicanos paulistas, mas só voltou a lutar contra a monarquia depois que a chefia do gabinete foi entregue a Ouro Preto, seu adversário. Estas suas, dentre outras, contradições, eram, às vezes, explicadas pela defesa que fazia de uma verdadeira revolução, "de fatos e não de palavras", que não deixasse perdurar "os erros sociais" e a exclusividade estrangeira no comércio e nas finanças, com reflexos na lavoura. Para que este "movimento civilizador" e humanitário se concretizasse, tanto lhe serviam a monarquia quanto a república. Quase sempre às turras com Rui Barbosa — a quem apelidou de "Mestre-Cabeça" e Tartufo — ele e o seu inconstante jornal, **A Cidade do Rio**, são envolvidos nas vicissitudes políticas dos primeiros tempos da república, cuja caixa de ressonância maior era a Capital que pouco tinha de Federal e cuja autonomia defendera. Duas vezes será derrotado nas eleições para a Câmara dos Deputados (no Império, já o fora, uma vez). Combaterá a tirania do Marechal Floriano, o qual apelidou "de Ferro" e que acabará por confiná-lo, por um ano, na Amazônia. Saudará Prudente de Moraes como um "Santo Varão", mas acusará Campos Sales de "Pavão", até concordar em receber dele subvenções aquietadoras. Cansado, despejado e doente, perderá o seu jornal e a sua casa no centro da Cidade, recolhendo-se ao subúrbio, onde um de seus amigos se chama Catulo da Paixão Cearense. Sobrevive como colaborador de **O País**, no qual ataca as famílias e oligarquias que chama de "dona dos Estados" e, dando curso às idéias socialistas que cada vez mais adota, defende os operários russos, massacrados, em 1905, em São Petersburgo. Escreve, também para **A Notícia**, artigos mais leves, voltando a usar um velho e sempre introjetado pseudônimo: Justino Monteiro (a mãe, o pai). Com a sua Bibi, filha de militar florianista, alfabetiza, gratuitamente, crianças pobres. Tuberculoso, tinha hemoptises: uma delas, no Teatro Lírico, quando saudou Santos Dumont. Outra, e fatal, aos cinquenta e dois anos. Deixou para a esposa e os filhos 12 mil réis e o esqueleto de um aerostato, num barracão, ao lado de sua casa, no Engenho de Dentro. O "menino Zeca", o "Zeca Pato", "o nosso José", o Justino Monteiro e, principalmente, o Proudhomme, todos eles, foram velados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e enterrados no Caju.

José Luiz Werneck da Silva
da equipe de professores-pesquisadores
do AGCRJ.

RESENHA

Nesta seção o **Boletim** inicia a publicação de resenhas informativas de obras sobre a Cidade do Rio de Janeiro, reservando também espaço para noticiar a publicação de trabalhos tanto na área de História do Brasil como de Arquivologia e Documentação em geral.

O **Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** coloca esta seção à disposição dos especialistas que queiram nos enviar suas contribuições.

**HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO
(DO CAPITAL COMERCIAL AO CAPITAL INDUSTRIAL E
FINANCEIRO).**

2 Vol. IBMEC — Eulália Maria L. Lobo.

O propósito da Professora Eulália Lobo, em elaborar uma História do Rio de Janeiro, já é motivo mais do que suficiente para que sua obra seja bem recebida por todos aqueles que se interessam pelos diversos ramos do conhecimento histórico. Res-sentíamo-nos de estudos que focalizassem, de maneira criteriosa e sistemática, a evolução do espaço urbano do Rio de Janeiro. Creio que todos concordariam — e, neste sentido, a extensa bibliografia apresentada ao final do segundo volume bem o atesta — que contávamos até então com trabalhos da mais variada procedência: via-jantes, cronistas, monografias, miscelâneas; todavia, constituíam textos que, em sua grande maioria, não resultavam do trabalho de especialistas.

Contrapondo-se a estas lacunas bibliográficas, um rico manancial de fontes. Alma-naques, relatórios, censos, anais, periódicos, entre outros, jaziam nos arquivos; e o desenvolvimento da história da cidade ficava por ocorrer, quando se considera o conjunto dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores.

Este nos parece ser o primeiro aspecto a ser ressaltado no presente trabalho: seu pioneirismo, trazendo à luz e colocando à disposição dos estudiosos estes dados, arrolando-os de modo que se possa compreender a "História do Rio de Janeiro do capital comercial até o industrial e financeiro".

Para tanto utiliza-se da quantificação, definindo-se pelas possibilidades de seu em-

prego apenas como técnica, discordando daqueles que "estabelecem uma oposição entre a história qualitativa dos fatos singulares e quantitativa dos fatos repetitivos".

Todavia, a obra em apreço não deixa de pagar o tributo por seu pioneirismo e, em que pesem toda sua ambição e as dificuldades inerentes a tais realizações, constituiu um ponto de partida à reflexão e ao debate.

Retomando-se o período abrangido pelo trabalho, tratado com o propósito de elaborar uma História Social, de imediato uma questão se coloca: como estabelecer os cortes mais significativos — preocupação que evidentemente não escapa à autora, que decompõe todo aquele processo em cinco momentos.

O problema da periodização em história constitui-se, sem dúvida, em terreno bastante polêmico, mas de importância fundamental. Como nos adverte Pierre Vilar, quando a preocupação cronológica se torna crítica, quantos mitos a demolir, quantos textos a dessacralizar. É ainda Vilar que nos indica a importância da questão do tempo em História ao nos revelar a criação de uma situação nova, não somente no campo econômico, mas também no todo social.

Neste sentido pensamos que uma história social deverá buscar dar conta das relações que se estabelecem entre os diversos segmentos que constituem a sociedade num dado período, mesmo quando esteja preocupada com apenas um dos aspectos que constituem este todo. Quando tais relações são minimizadas, corre-se o risco de incorrer numa perspectiva de análise do processo histórico, como por vezes ocorre com a obra em questão, em que o capital aparece como um ser animado, como uma entidade dotada de força e dinâmica próprias. Num sentido diverso, parece-nos que, ao focalizar as tramas sociais, pode-se chegar a uma nova compreensão do processo histórico e, no caso específico da História do Rio de Janeiro, tentar avançar numa linha de pesquisa que busque lançar mais luzes, por exemplo, sobre o papel dos grupos mercantis, em particular daqueles agentes que controlavam o movimento do porto do Rio de Janeiro, e assim estabelecer os nexos com a acumulação de capital.

A proposta de periodização da Professora Eulália, apesar de inovadora em alguns aspectos, não chega a descartar os cortes presentes na historiografia tradicional, ainda vinculados aos acontecimentos de cunho eminentemente político, e que têm sido alvo de críticas pertinentes.

Por outro lado, quando busca fugir destes parâmetros, oferece-nos uma proposta de periodização passível de discussão. Tomemos por exemplo as três etapas iniciais: 1760/1800, em que busca "focalizar a conformação da burguesia mercantil no contexto da mineração"; 1800/1840 "a organização econômica da Etapa do Estado Nacional" e, finalmente, 1840/1888, "o predomínio da economia baseada no café".

A adoção desta periodização talvez implique no risco de reproduzir uma análise que

reforça a perspectiva dos ciclos econômicos, perdendo-se tanto a noção de certas permanências que invalidariam esses cortes, quanto o processo que coloca em relação os agentes envolvidos no processo. Em que medida o primeiro período expressaria modificação no “sentido da colonização” para retomarmos a expressão de Caio Prado Jr.? Parece-nos ser o corte problemático, por um lado pela permanência de relações de produção escravistas, reforçadas ainda pela permanência de outro aspecto: a produção para o mercado externo, em que pese a transformação das trocas sob as formas monopolistas para as formas livre-cambistas. Em nosso entender, perpassam todo este período as bases de uma economia mercantil, escravista e ainda colonial.

Contudo, a constatação destas permanências não invalidaria as possibilidades de desvendamento do novo e, em particular, no que tange à História do Rio de Janeiro, a tentativa de verificação dos efeitos sobre os grupos mercantis do contato direto com o mercado mundial, em consequência dos acordos firmados no início do século passado, mais precisamente a caracterização das relações dos grupos mercantis do Rio de Janeiro com os agentes estrangeiros. Por outro lado, o período assinalaria também modificações importantes no que concerne à rearticulação das trocas internas, transformações que, sem dúvida, afetariam os grupos mercantis, ao colocá-los diretamente uma situação nova, exigindo-lhes reações diversas.

Numa certa medida a autora faz indicações nesta direção, detectando as queixas dos comerciantes, polarizadas contra os comerciantes britânicos — representantes do “novo monopólio” — e contra os comissários volantes. No entanto, não nos oferece ainda a percepção dos efeitos destes conflitos para a evolução daquele processo.

Mesmo considerando-se as especificidades de cada um dos cinco momentos considerados pela autora, lamentamos que todos eles reproduzam uma abordagem que não nos permite chegar ao entendimento das diferentes articulações sociais que imprimem movimento à sociedade.

Não chegam contudo a desmerecer o trabalho da professora e sua importante contribuição para a historiografia do Rio de Janeiro.

Berenice Cavalcante Brandão
da equipe de professores-pesquisadores
da Seção de Estudos e Pesquisas do AGCRJ.

PESQUISAS PÚBLICAS NO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As pesquisas públicas no Arquivo Geral da Cidade estiveram interrompidas durante a maior parte de 1979, face aos trabalhos de mudança para a nova sede, que exigiram o acondicionamento, em embalagens especiais, de todo o acervo.

Em 16 de outubro último, com a reabertura oficial, o Arquivo deu início às suas atividades públicas, embora ainda de forma parcial, uma vez que nem todas as suas seções estavam abertas à consulta.

A Seção de Documentação Escrita, entretanto, por constituir-se na parte mais volumosa do acervo, ainda esteve, durante este período, em fase de arrumação nas estantes. Assim, as pesquisas deste último período de 1979 estiveram restritas às Seções de Documentação Bibliográfica e Hemerográfica e à de Documentação Iconográfica, Cartográfica e Audiovisual.

ABREU, Haroldo Batista de (pesquisador)

Centro de Memória Social Cândido Mendes

Pesquisa: **Práticas Médicas Destinadas às Classes Assalariadas Urbanas (1870-1945).**

Fase inicial.

Finalidade: pesquisa institucional.

Endereço: Rua Torres Homem, 614/104, Vila Isabel. Rio de Janeiro (RJ).

AMARAL, Vagner Gomes do (estudante de Arquitetura)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Silva e Souza
Pesquisa: **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.**
Fase final.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Rua Pedro de Carvalho, 376/1.102, Méier. Rio de Janeiro (RJ).

CAMPOS, André Luiz Vieira de (professor universitário de História)
Centro Unificado Profissional (CUP)
Pesquisa: **À Procura do Brasil: os Intelectuais Buscam a Nação.**
Fase final.
Finalidade: material para monografia a ser publicada.
Endereço: Rua Terezina, 47, Santa Teresa. Rio de Janeiro (RJ).

CRUZ, Maria da Graça Pires (estudante de Arquitetura)
Universidade Gama Filho
Pesquisa: **Avenida 28 de Setembro: Levantamento Histórico.**
Fase inicial.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Rua Ladislau Neto, 30, casa 3, Tijuca. Rio de Janeiro (RJ).

GUTNIK, Regina (arquiteta)
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisa: **Condomínios Fechados na Área da Barra da Tijuca.**
Fase adiantada.
Finalidade: monografia de curso de pós-graduação.
Endereço: Rua Rainha Elizabeth, 122/801, Copacabana. Rio de Janeiro (RJ).

NARO, Nancy Priscilla (professora universitária de História)
Departamento de História da PUC-RJ.
Pesquisa: **Instituições Policiais Militares e Paramilitares Brasileiras (1830-1930).**
Fase inicial.
Finalidade: pesquisa FINEP-PUC.
Endereço: Av. Atlântica, 3.308/601, Copacabana. Rio de Janeiro (RJ).

NIGRI, Suzan (estudante de Arquitetura)
Universidade Gama Filho
Pesquisa: **Rua do Senado.**
Fase final.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Rua Senador Furtado, 39/403, Praça da Bandeira. Rio de Janeiro (RJ).

PESSOA, Jorge Henrique Guimarães (professor de História)
Pontifícia Universidade Católica do RJ
Pesquisa: **Instituições Policiais Militares e Paramilitares Brasileiras (1830-1930).**
Fase adiantada.
Finalidade: Recolhimento de dados para a pesquisa FINEP-PUC-RJ
(Departamento de História).
Endereço: Rua Marquês de Abrantes, 148/1.004, Flamengo. Rio de Janeiro (RJ).

SILVA, Marlene Santiago (estudante de Arquitetura)
Universidade Gama Filho
Pesquisa: **Rua do Senado.**
Fase inicial.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Rua Dr. Satamini, 210, bloco B, ap. 106, Tijuca. Rio de Janeiro (RJ).

TINOCO, Carlos Antonio (estudante de Arquitetura)
Universidade Gama Filho
Pesquisa: **Praça Tiradentes: Aspectos Gerais.**
Fase final.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Av. Estácio de Sá, 348/404, Icaraí. Niterói (RJ).

THOMPSON, Elaine (estudante de Arquitetura)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Silva e Souza
Pesquisa: **Ilha do Governador: Evolução Histórica e Urbanização.**
Fase inicial.
Finalidade: trabalho de curso.
Endereço: Rua Abolição, 511, Abolição. Rio de Janeiro (RJ).

TRMAL, Jan (cineasta)
Pesquisa: **Rio Antigo.**
Fase inicial.
Finalidade: realização de filme.
Endereço: Rua Barão da Torre, 100, casa 17, Ipanema. Rio de Janeiro (RJ).

VALENTIM, Johannes Andreas (fotógrafo)
Gabinete do Prefeito, Coordenação de Comunicação Social, Divisão de Comunicação
Pesquisa: **Fotos de Augusto Cesar Malta.**
Fase adiantada.
Finalidade: recolhimento de material para o jornal **Cidade.**
Endereço: Rua Sambaíba, 261/103, Leblon. Rio de Janeiro (RJ).

REABERTURA DAS ATIVIDADES PÚBLICAS DO AGCRJ

No dia 16 de outubro de 1979 o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro reiniciou suas atividades públicas, após um período de recesso necessário ao início da implantação do órgão e organização de seu acervo nas novas instalações.

A reabertura dos trabalhos para a comunidade foi saudada com a inauguração da exposição **O Arquivo Geral e a Preservação da Memória da Cidade**, que apresentou uma parte de seu valioso acervo, através de reproduções fotográficas e documentos significativos da História da Cidade.

Na mesma ocasião, foi lançado o primeiro número do **Boletim Informativo do Arquivo Geral**, contendo informações e notícias a respeito dos trabalhos desenvolvidos na Instituição. O **Boletim** será editado com uma tiragem quadrimestral.

À solenidade compareceram, entre outros, o Exmo. Chefe do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Prof. Carlos Alberto Direito, que a presidiu; o Exmo. Sr. Subsecretário Municipal de Educação e Cultura, Prof. Domício Proença Filho; o Sr. Diretor Geral do Departamento Geral de Cultura do Município do Rio de Janeiro, Dr. Jose Rubem Fonseca; o Diretor Geral do Arquivo Nacional, Dr. Raul do Rego Lima; o Diretor Geral do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Rubens d'Almada Horta Pinto; o Prof. Dr. José Sebastião Witter, Diretor do Arquivo Público do Estado de São Paulo; o ex-Diretor do Departamento Geral de Cultura, Co-

mandante Martinho de Carvalho; o consultor técnico do AGCRJ, Prof. José Pedro Esposel; a presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, Profª Regina Alves Vieira; a Diretora do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, Profª Marilena Leite Paes, além de vários outros professores universitários e estudantes de Arquivologia e História de diversas universidades brasileiras.

A Exposição e o lançamento do **Boletim Informativo** integraram as atividades do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia e as comemorações das Semanas Internacionais de Arquivo.



O Chefe do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro — Prof. Carlos Alberto Direito — dá início às atividades públicas do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



A inauguração da Exposição O Arquivo Geral e a Preservação da Memória da Cidade do Rio de Janeiro atraiu grande público ao AGCRJ.

ENCONTRO COM HISTORIADORES NO AGCRJ

No ENCONTRO COM HISTORIADORES, promovido pelo AGCRJ, foi lançado o livro **As Tropas da Moderação**, do Prof. Alcir Lenharo. Estiveram presentes, na noite de autógrafos, as Professoras Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Bárbara Levy, respectivamente autoras da **História do Rio de Janeiro** e da **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**.

Originalmente apresentado como tese de mestrado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1978, o trabalho do Prof. Alcir Lenharo, ora lecionando na PUC de São Paulo, trata das relações entre o comércio de abastecimento da Corte e a formação política do Brasil, durante a primeira metade do século XIX.

A obra, em dois volumes, **História do Rio de Janeiro**, da Profª Eulália Lobo, traz ao público uma contribuição significativa para a compreensão da formação da burguesia comercial e financeira, além de fornecer subsídios para a caracterização de uma história urbana, preocupação constante nos trabalhos da conhecida historiadora.

A noite de autógrafos no AGCRJ contou, ainda, com a presença de Maria Bárbara Levy, professora de História Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de História Contemporânea na EBAP da Fundação Getúlio Vargas, autografando seu livro **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**, que se inscreve, como pio-

neiro, na produção historiográfica, quando desvenda determinados aspectos do papel do sistema financeiro em relação aos processos econômico e político brasileiros.

O 1º Encontro com historiadores no Arquivo da Cidade marcou o início de uma série de outras atividades do mesmo gênero reunindo produtores intelectuais e artísticos que, nas mais diversas áreas do conhecimento e das artes, colocam o espaço e a sociedade carioca no centro de suas reflexões.



O historiador Alcir Lenharo
no lançamento de seu livro
As Tropas da Moderação, no AGCRJ.



Na foto, a historiadora
Eulália Maria Lahmeyer Lobo autografa
um exemplar de seu livro
História do Rio de Janeiro.



O Encontro com historiadores contou com a participação da Professora Maria Bárbara Levy, autora da História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.



O Diretor do Departamento Geral de Cultura, Dr. Jose Rubem Fonseca, na noite de autógrafos.

3º SALÃO CARIOCA DE ARTE

Criado com o objetivo de estimular a criatividade de artistas radicados na Cidade do Rio de Janeiro, realizou-se pela primeira vez no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, com o apoio da FUNARTE, o 3º Salão Carioca de Arte.

A abertura contou com a presença do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Dr. Israel Klabin; da Secretária Municipal de Educação e Cultura, Profª Lucy Serrano Ribeiro Vereza; do Delegado Regional do MEC, Marcos Almir Madeira; do Diretor Executivo da FUNARTE, Roberto Parreira; do Diretor do Instituto Nacional de Artes Plásticas, Prof. João Vicente Salgueiro; do Diretor do Departamento Geral de Cultura do Município, Dr. Jose Rubem Fonseca, e de seu ex-diretor, Martinho Cardoso de Carvalho; da Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Srª Lia Temporal Malcher; da escritora Nelida Piñon, Diretora da Divisão de Difusão Cultural do Departamento Geral de Cultura da Prefeitura; da Profª Eleanor Megre Gil Souza, Chefe do Serviço de Artes Plásticas do Departamento Geral de Cultura, de artistas, professores, parlamentares e outras autoridades. O 3º Salão Carioca de Arte foi transferido, no dia 1º de novembro, do Palácio da Cultura para o Arquivo da Cidade.

Até o encerramento da mostra, cerca de mil e cem pessoas viram os 261 trabalhos expostos — 99 gravuras e 162 desenhos.

Em gravura foram premiados J. Paixão, com **A Cidade e o Ser, Despejo Ecológico e Confronto Instintivo**, trabalhos realizados com ponta seca e *berceau*; João Batista Pinheiro, com **Módulo**, série de três gravuras em metal, e Susan l'Engle com litografias não tituladas.

Receberam menção especial: Alex Gama, autor de xilogravuras não tituladas; Anna Carolina com **Eu Canto o Corpo Elétrico, Alô? A Mulher Maravilha Está? e A Princesa Narda Chamando no Ramal 1211**, xilogravuras e xerox; Carlos Martins com três gravuras em água forte e buril e água forte e tinta; Kalma Murtinho, apresentando **Asas**, três gravuras em metal, e Lyria Palombini, por outra série de gravuras intituladas **Natureza Viva**.

Em desenho, os premiados foram Flory Menezes, com desenhos a nanquim: **Conteúdo, Carga e Veias**; Nelson Feliz com **Aquarela do Brasil**, em três partes, e Dimitri Ribeiro com **Exugrafia** (técnica mista).

Guimarães Bastos, com **Seeds e Magicians** (técnica mista), Igor Krivochein Marques, com três trabalhos em grafite, sem título; Josias Benedicto de Moraes Neto com **Arco-Íris, Raio é Companheiro das Estrelas**; Luiz Aquila da Rocha Miranda com **Divertimento(s) para Mozart**, com guaches numerados; Luiz Sérgio de Oliveira, autor de **Vermelho, Preto e Branco** (técnica mista); Marco Antonio Palmeiras com **Variação Sobre um Tema de Boucher: A Noturna (nºs 16 e 19) e Caderno de Anotações (nº 20)** (técnica mista), e Teresa Coelho Cesar, com as aquarelas **Cadê o Toucinho?, Esse Viu e Aqui**, receberam menção especial.

O 3º Salão Carioca de Arte, que teve como coordenadora a Profª Eleanor Megre Gil Souza, e uma primeira montagem de Franck Barral, foi encerrado no dia 12 de novembro, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Com a presença do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, da Secretária Municipal de Educação e Cultura e do Subsecretário Municipal de Educação e Cultura, do Diretor do DGC, da Diretora do AGCRJ, da Profª Vane Sant'Anna, representando a escritora Nelida Piñon, de artistas, de outras autoridades e funcionários do Arquivo, foram entregues os prêmios de 30 mil cruzeiros a J. Paixão e a Flory Menezes; de 20 mil cruzeiros a João Batista Pinheiro e a Nelson Feliz; e de 10 mil cruzeiros a Susan l'Engle e a Dimitri Ribeiro, assim como os certificados de menção especial.



Na entrega de prêmios aos artistas no encerramento do 3º Salão Carioca de Arte, estiveram presentes, da esquerda para a direita, o Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Israel Klabin, a Diretora do AGCRJ, Srª Lia Temporal Malcher, a Srª Secretária Municipal de Educação e Cultura, Profª Lucy Vereza, o Diretor do Departamento Geral de Cultura, Dr. Jose Rubem Fonseca e o Subsecretário Municipal de Educação e Cultura, Prof. Domício Proença Filho.

O júri do 3º Salão Carioca de Arte foi formado por Geraldo Edson de Andrade, crítico de arte da revista *Isto É*, membro do Conselho de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som e secretário da Associação Brasileira de Artistas Plásticos; Clarival do Prado Valladares, crítico de arte e membro do Conselho Federal de Cultura; Anna Letycia Quadros, gravadora, pintora, cenógrafa; Rubem Breytman, diretor da Escola de Artes Visuais. Para Geraldo Edson de Andrade, o Salão Carioca de Arte "é um meio positivo para que o público e a crítica possam avaliar as diversas tendências em voga nos dois gêneros (gravura e pintura) e o próprio desenvolvimento de cada um dos artistas selecionados, em particular".

OBRAS E PERIÓDICOS INCORPORADOS AO ACERVO DA
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E HEMEROGRÁ-
FICA DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro, IBICT, v. 4, n. 1, 1975.

- . Rio de Janeiro, IBICT, v. 4, n. 2, 1975.
- . Rio de Janeiro, IBICT, v. 5, n. 1/2, 1976.
- . Rio de Janeiro, IBICT, v. 6, n. 1, 1977.
- . Rio de Janeiro, IBICT, v. 6, n. 2, 1977.

CIÊNCIA E CULTURA, São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,
v. 1, n. 1-2, jan./abril 1949.

- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 1, n. 3, jul.
1949.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 1, n. 4, out.
1949.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 2, n. 1, jan.
1950.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 2, n. 3, jul.
1950.

- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 2, n. 4, dez. 1950.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 3, n. 1, mar. 1951.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 3, n. 2, jun. 1951.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 3, n. 3, set. 1951.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 4, n. 1-2, jan./abr. 1952.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 4, n. 1-2, jul./out. 1952.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 5, n. 1, mar. 1953.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 5, n. 2, jun. 1953.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 5, n. 3, set. 1953.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 5, n. 4, dez. 1953.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 6, n. 2, jun. 1954.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 6, n. 3, set. 1954.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 7, n. 1, mar. 1955.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 7, n. 4, dez. 1955.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 8, n. 3, set. 1956.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 9, n. 1, mar. 1957.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 9, n. 2, jun. 1957.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 9, n. 3, set. 1957.

- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 9, n. 4, dez. 1957.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 10, n. 4, dez. 1958.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 11, n. 1, mar. 1959.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 11, n. 2, jun. 1959.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 11, n. 3, set. 1959.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 11, n. 4, dez. 1959.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 12, n. 1, mar. 1960.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 12, n. 3-4, set./dez. 1960.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 13, n. 1, mar. 1961.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 13, n. 2, jun. 1961.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 13, n. 3, set. 1961.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 14, n. 3, set. 1962.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 14, n. 2, jun. 1962.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 15, n. 3, set. 1963.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 15, n. 4, dez. 1963.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 16, n. 1, mar. 1964.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 16, n. 1, jun. 1964.
- . São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 16, n. 4, dez. 1964.

_____. São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 17, n. 1, mar. 1965.

_____. São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 17, n. 3, set. 1965.

COSTA, Haroldo. *É hoje!* s. l., Vitale, 1978. n. p.

ENCONTRO DE GOVERNADORES SOBRE A DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 2., Salvador, 1971, *Anais*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1973. 381 p.

GRAHAM, Thomas Richard. *The jesuit Antonio Vieira and his plans for the economic rehabilitation of seventeenth-century Portugal*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Departamento de Artes e Ciências Humanas, Divisão de Arquivo do Estado, 1978. 216 p. (Monografias, 1)

IBICT. *Bibliografia brasileira de ciências sociais 1975/77*. Rio de Janeiro, 1978. v.2.

_____. *Bibliografia brasileira de documentação 1960/70*. Rio de Janeiro, 1972. v. 2.

_____. *Bibliografia brasileira de documentação 1971/77*. Rio de Janeiro, 1979. v. 3/4.

_____. *Catálogo coletivo de publicações periódicas em ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro, 1971. v. 1.

_____. *Catálogo coletivo de publicações periódicas em ciências sociais e humanidades*. Rio de Janeiro, 1978. 2v.

_____. *Guia dos usuários da Classificação Decimal Universal (CDU) na América Latina*. Rio de Janeiro, 1977. 151 p.

_____. *Periódicos Brasileiros de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro, 1977. 165 p.

_____. *Siglas de entidades brasileiras; versão preliminar*. Rio de Janeiro, 1979. n. p.

MAN: *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, maio, 1979.

_____. Rio de Janeiro, v. 10, n. 7, jul., 1979.

_____. Rio de Janeiro, v. 10, n. 8, ago., 1979.

_____. Rio de Janeiro, v. 10, n. 9, set., 1979.

_____. Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, out., 1979.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1974. 2v.

- MOTTA, Edson & SALGADO. Maria Luiza Guimarães. **Restauração de pinturas; aplicações da encáustica.** Rio de Janeiro, IPHAN, 1973. 141 p.
- OCDE. **Macrothesaurus;** lista dos principais descritores referentes ao desenvolvimento econômico e social. Rio de Janeiro, IBBD, 1974. 427 p.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1. Rio de Janeiro, IBICT, 1975. **Anais.** Rio de Janeiro, IBICT, 1978. 2v.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação e Cultura. **Estrutura e organização da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1978. 433 p.

Noticiário

XII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL

Realizou-se em São Paulo, de 26 a 30 de novembro de 1979, o XII Congresso da Associação Brasileira de Celulose e Papel, onde foram discutidos diversos assuntos ligados à produção e pesquisa de papel e derivados, através de relatórios, conferências, debates e apresentação de material.

No último dia do Congresso, dia 30, houve uma sessão técnica especial, sobre conservação e restauração de livros e documentos, sendo o assunto debatido por especialistas nacionais e estrangeiros. Nela, foi enfatizada a carência de pessoal especializado e a falta de cursos de formação para técnicos de nível médio e superior na área de restauração, como também a falta de papel adequado, muitas vezes importado. Foram, ainda, relatadas várias experiências de laboratórios estrangeiros, onde também existem dificuldades para conservadores e restauradores atuarem. Esta sessão contou com a participação do Arquivo Geral, através de sua diretora, Sr^a Lia Temporal Malcher, e dos chefes do Serviço de Apoio Técnico, Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva, do Serviço de Processamento Técnico, Maria Aparecida Silvestre da Costa, do Serviço de Preservação e Restauração, Therezinha de Jesus Pereira Teixeira, do Serviço de Documentação Escrita, Nely Brandão de Magalhães, do Serviço de Documentação Bibliográfica e Hemerográfica, Maria Helena Barbosa da Fonseca, e da museóloga Lucia Maria de Souza Viana.

O encontro teve, como saldo positivo, permitir contatos entre especialistas de várias

instituições, propiciando um intercâmbio das experiências efetivadas nos diferentes órgãos, além da proposta de se desenvolver, em maior escala, no Brasil, a produção de papel próprio para restauração.

Dadas as condições precárias de trabalho com que, muitas vezes, os especialistas se defrontam, tornam-se extremamente importantes encontros deste tipo para que soluções e alternativas sejam difundidas tendo em vista a preservação da memória social.

O ARQUIVO GERAL E OS 90 ANOS DA REPÚBLICA BRASILEIRA

“A República e a Municipalidade Carioca” foi o título da exposição realizada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 14 de novembro e 10 de dezembro deste ano.

Da mostra constaram reproduções fotográficas e documentos originais relativos à Proclamação da República. Entre estes, o texto original do Termo de Juramento prestado pelo membros do Governo Provisório perante a Câmara Municipal, notando-se as assinaturas de Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda, Eduardo Wandenkolk, Ministro da Marinha e Benjamin Constant, Ministro da Guerra; o Diário Oficial que publicou o Decreto promulgando a Constituição de 1891, bem como um exemplar da *Revista Ilustrada* de novembro de 1889, com desenhos de Ângelo Agostini, satirizando o regime monárquico, foram os destaques da exposição.

4º CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA

Realizou-se na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1979, o 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, reunindo especialistas e pessoas interessadas de vários Estados.

O Congresso teve como tema geral "Os Arquivos e sua Utilização" e, nele, foram promovidos seminários, cursos e apresentação de trabalhos, com o objetivo de debater as principais questões referentes à Arquivologia, fornecendo aos presentes informações atuais sobre a matéria.

As sessões plenárias discutiram as várias utilizações possíveis dos arquivos, seja na administração, como fonte primária da História, na ciência e na tecnologia, pela população, bem como a integração dos arquivos nos centros de informação.

Os seminários versaram sobre temas mais específicos. O primeiro deles, sobre as fontes primárias da História do Brasil, discutiu, em suas duas reuniões, a problemática relativa ao uso e acesso a essas fontes. O segundo, sobre a preservação e restauração de documentos, teve, como ponto central, a apresentação de experiências inovadoras desenvolvidas em nosso próprio país, abordando também a formação e treinamento de pessoal especializado. O terceiro e último apresentou um estudo de caso: o arquivo médico no contexto hospitalar.

Paralelamente aos seminários foi ministrado o curso de Microfilmagem de Desenhos Técnicos, havendo também, diariamente, sessões de temas livres, com a apresentação de trabalhos dos participantes do Congresso. Na sessão do dia 15, o Arquivo Geral apresentou a comunicação "O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Retrospectiva, Perspectiva e Prospectiva", através de sua diretora, Sr^a Lia Temporal Malcher, com a colaboração dos Professores Afonso Carlos Marques dos Santos, Eloá Feijó de Almeida, José Luiz Werneck da Silva, Nely Brandão de Magalhães e a museóloga Júnia Gomes da Costa Guimarães e Silva, todos da equipe do AGCRJ.

É importante destacar, ainda, a sessão especial realizada no dia 17, que reuniu diretores de arquivos públicos estaduais, onde foram feitas comunicações das atividades desenvolvidas em cada órgão, propiciando ampla troca de experiências.

A tônica geral do Congresso foi ressaltar a importância do Arquivo no mundo das informações, sendo necessário, para isto, que o arquivista se conscientize do valor de seu trabalho, aperfeiçoando-se sempre, e conquistando, assim, o respeito profissional a que faz jus.

IHGB HOMENAGEIA MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE

Com sessão solene realizada a 17 de dezembro de 1979, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lembrou a memória de Manuel de Araújo Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, por razão do centenário de seu falecimento. A sessão foi presidida pelo Dr. Pedro Calmon e a mesa composta pelo Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, por Monsenhor Schubert e pelo Dr. Xavier Pedrosa, 1º Secretário do IHGB.

Na oportunidade, abordando diversos aspectos da vida e da trajetória intelectual e artística de Porto Alegre, falaram os Professores Américo Jacobina Lacombe, Alfredo Galvão e Mário Barata. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro fez-se representar na solenidade pelo seu Serviço de Apoio Cultural.

Porto Alegre foi discípulo de Debret na Academia de Belas Artes, onde conquistou os prêmios de pintura e arquitetura. Quando seu mestre francês regressou à Europa, Porto Alegre acompanhou-o. Na Europa, completou em viagens pela França, Inglaterra, Suíça e Itália a sua educação artística e sofreu a influência dos mestres românticos. Em Paris fez parte do grupo fundador da revista *Niterói*, na qual publicou o poema *Voz da Natureza*, escrito em Nápoles no ano de 1835, e um estudo sobre a música no Brasil. Voltando ao Brasil fundou com outros o Conservatório Dramático, a Academia de Ópera Imperial, e assumiu papel ativo no movimento romântico. Em 1859, após ter deixado a direção da Academia de Belas Artes, entrou para a carreira consular, onde serviu até morrer.

REUNIÃO SOBRE LEGISLAÇÃO DE ARQUIVOS NA FGV

A Fundação Getúlio Vargas promoveu, no dia 11 de dezembro de 1979, uma reunião sobre legislação de arquivos, contando com a participação de especialistas e, particularmente, do Dr. Michel Duchein, Inspetor Geral dos Arquivos Nacionais da França e membro da Unesco. O Arquivo Geral fez-se representar por sua diretora, Sr^a Lia Temporal Malcher.

A reunião privilegiou a política de acesso ao documento privado, sua regulamentação e restrições encontradas. Constatou-se que a problemática é a mesma em todos os países. Embora seja ideal que os arquivos nacionais recebam a documentação privada, não é possível impedir o seu encaminhamento a entidades, universidades ou fundações particulares. Pode-se, no máximo, impedir a sua saída para o exterior. O acesso aos arquivos particulares obedece a dois princípios conflitantes: por um lado, há o direito do público à proteção da vida privada e, por outro, o direito ao acesso à informação. Os documentos particulares, ao serem doados aos arquivos, podem ter um prazo de carência para serem utilizados pelo público, se os doadores assim o desejarem, o que preserva pessoas e fatos neles envolvidos. No Brasil esse prazo é normalmente de 25 anos e, na França, de 30 anos.

A fórmula para conciliar esses princípios antagônicos é tornar o direito à informação parte da lei, pois uma liberação exagerada da documentação também não é ideal, na medida em que pode acarretar retenção ou destruição da documentação

por parte dos organismos que a receberem ou desestimular as doações. Uma questão que se coloca, então, é a quem possibilitar o acesso à documentação. Há os que são favoráveis a permiti-lo somente aos pesquisadores científicos, porém é difícil definir exatamente o que seja esta categoria. Por isso, o Sr. Duchein considera que não se deve colocar restrições, e sim elaborar uma legislação sobre o assunto, que ainda não está completa nem mesmo na Europa.

Outro tema importante discutido na reunião é a ligação entre os arquivos ministeriais e os arquivos nacionais, que varia de país para país. Na França, os funcionários dos arquivos nacionais trabalham nos próprios ministérios, e ali mesmo fazem uma primeira triagem da documentação. Ao chegar ao arquivo intermediário, então, sofrem uma triagem definitiva. Na Inglaterra, o processo é diferente: são os funcionários dos ministérios que fazem a seleção da documentação a ser enviada aos arquivos nacionais, que apenas a recebem, sem participar da triagem.

Desta discussão ficou clara a necessidade de uma regulamentação precisa quanto à incorporação, por parte dos arquivos nacionais, da documentação em geral, tanto privada como pública, no sentido de se preservar a memória da sociedade e o acesso por parte do público a esta memória.

ENCONTRO SOBRE CONSTRUÇÃO DE ARQUIVOS

Com a presença de especialistas em arquitetura e equipes técnicas de várias instituições relacionadas à Arquivística, teve lugar, na Fundação Getúlio Vargas, no dia 13 de dezembro de 1979, a conferência do Dr. Michel Duchein, Inspetor Geral dos Arquivos Nacionais da França, sobre construção de prédios especificamente destinados à guarda de documentos.

Importantes aspectos que devem ser levados em conta, na construção de arquivos, foram ressaltados pelo conferencista, destacando-se as funções primordiais que um arquivo deve desempenhar, em relação às quais orienta-se a construção do prédio, a partir de uma concepção arquitetônica que viabilize tais funções, com a conservação e tratamento da documentação e comunicação com o público, seja através de consulta ou exposição.

Para que tais funções sejam exercidas de forma satisfatória, algumas regras gerais devem ser observadas: no tocante à disposição dos espaços no prédio, é fundamental a separação entre os locais destinados aos depósitos, à administração e ao público. As salas de conservação de documentos, principalmente, devem estar completamente isoladas das outras partes. Em relação à resistência dos pisos, uma distribuição de 1.200 kg por metro quadrado é aconselhada.

Um dos aspectos destacados pelo Sr. Duchein foi o relacionado à segurança: é im-

portante observar desde o material empregado na construção do prédio — cimento armado é o ideal — até o sistema de prevenção contra incêndios, utilizando-se gás halons, cuja vantagem principal é o fato de não danificar o documento. Por outro lado, a segurança contra roubos também merece cuidados especiais, sendo aconselhado o uso de circuito interno de TV e um rigoroso controle de identidade. O Sr. Duchein ressaltou, ainda, que a melhor forma de conservar a documentação e evitar roubos é apresentar ao pesquisador apenas a reprodução do documento, através de microfilmes ou fotografias, guardando-se o original.

A climatização do ambiente destinado à conservação do material documental foi tratada também, com destaque, pelo Sr. Duchein, que sublinhou a necessidade da temperatura dos depósitos ser mantida em torno de 18º, para a documentação em papel, e 10º para material de microfilmagem e audiovisual. Em relação a umidade relativa do ar, uma taxa de 50% é recomendada. É importante que a climatização seja mantida sempre em níveis constantes, desde o momento da instalação, deixando-se, no entanto, algum espaço para aeração natural, no caso de ser suspensa a climatização por defeito.

Além de todos esses cuidados que devem ser observados na construção de prédios destinados à guarda do acervo documental de um determinado espaço social, não se pode perder de vista um dos objetivos principais do Arquivo, que é sua função cultural junto ao público, permitindo seu acesso à informação, incentivando-o através de exposições, conferências, ciclos de debates. Nesse sentido, o Sr. Duchein considera fundamental a existência de salas de aula, locais para exposições, auditórios, etc. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi citado pelo conferencista como modelo de arquivo, não só pelo aspecto da construção do prédio, como também pela função cultural que exerce.

ESTUDOS E ESBOÇOS DE LUCÍLIO DE ALBUQUERQUE NO ARQUIVO DA CIDADE

A sensibilidade de um artista ligado à beleza das paisagens do Rio de Janeiro foi motivo da exposição inaugurada a 18 de dezembro de 1979, no Arquivo Geral da Cidade.

Lucílio de Albuquerque é o artista focalizado. Nascido no Piauí (1877/1939), revelou-se um artista preocupado com o rigor da técnica, visível no traço e nos detalhes de sua vasta obra.

A mostra apresenta trabalhos que correspondem às várias fases da vida do artista caracterizadas por sua esposa, Georgina de Albuquerque, nos seguintes períodos: figura humana, composições místicas, retratos, composições históricas e paisagens. Nesta última fase, encontramos o artista amadurecido com aguda capacidade de observação, grande criatividade e domínio da técnica.

A obra e a personalidade do artista ficaram definitivamente caracterizadas nas palavras de Mário de Andrade: "Em Lucílio de Albuquerque são as suas qualidades de construção, especialmente de desenho, a sensibilidade de certas formas e cores bem dispostas o que recoloca muitas de suas obras dentro dos mais firmes campos plásticos." "Como homem de arte, Lucílio de Albuquerque soube envelhecer a tempo. Com aquela mesma complacência com que Amadeu Amaral estudava e compreendia os poetas modernistas e "futuristas", Lucílio de Albuquerque se interessava pelas

pesquisas plásticas novas e pelos moços que apareciam, pintando tão diferentemente do que ele fazia. Não tentou mudar de rumo, sentia que isso era tarde para sua personalidade já feita. "Em seu artigo para **O Estado de São Paulo**, no ano da morte do artista, Mário de Andrade conclui sua apreciação dizendo que "... É ainda cedo para que se possa dizer da obra deixada por Lucílio de Albuquerque, o que ficará definitivamente e em que posição ficará; mas sempre é certo que ao em vez de muitos de seus pares, cuja atuação tem sido tontamente prejudicial ao progresso da plástica brasileira, nunca cerceou a liberdade de ninguém, nunca prejudicou ninguém. Que o diga Cândido Portinari, seu aluno."

O ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO agradece a colaboração, durante a sua fase de implantação na nova sede, aos seguintes órgãos e instituições: **Arquivo Nacional, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa, Departamento de Imprensa Oficial da Secretaria Municipal de Administração e COMLURB.**

As fotos deste Boletim foram realizadas pelos fotógrafos do AGCRJ, Marcelo Luiz Pires Bastos e Jorge Luiz Gomes Lacerda, com a colaboração de André Luiz Vieira de Campos.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIRETOR

Lia Temporal Malcher

ASSISTENTE

Rachel Homsani Chanea

SECRETÁRIO

Maria do Carmo de Moura Estevão Padilha

CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Maria de Lourdes dos Santos Lacerda

CHEFE DA SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE

Ana Maria Bandeira da Silva

CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Regina Célia Monteiro Klier

CHEFE DA SEÇÃO DE PORTARIA E ZELADORIA

Albino de Paiva Alves

CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Junia Gomes da Costa Guimarães e Silva

CHEFE DA SEÇÃO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO

Maria Aparecida Silvestre da Costa

CHEFE DA SEÇÃO DE PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Therezinha de Jesus Pereira Teixeira

CHEFE DA SEÇÃO DE REPRODUÇÃO E MICROFILMAGEM

Celia Valle Figueiredo

ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

documentação Hemerográfica

CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO CULTURAL

Afonso Carlos Marques dos Santos

CHEFE DA SEÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Lia de Aquino Carvalho

CHEFE DA SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES E EXPOSIÇÕES

Maria Aparecida Rezende Mota

CHEFE DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Marieta Santiago Rosas Ferraro

CHEFE DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

Nely Brandão de Magalhães

CHEFE DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E HEMEROGRÁFICA

Maria Helena Borba da Fonseca

CHEFE DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA, ICONOGRÁFICA E AUDIOVISUAL

Elca Deli Araújo Martinez

CHEFE DO SERVIÇO DE ARQUIVOS CORRENTES E INTERMEDIÁRIO

Maria Lemos Barbosa Teixeira

CHEFE DA SEÇÃO DE ARQUIVOS CORRENTES

Lucia Maria de Oliveira

CHEFE DA SEÇÃO DE ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS

Vera Lúcia Murcia Tinoco

Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas
do **Departamento de Imprensa**
Oficial – SMA, à Av. Pedro II, 400
Fone: 284-3643